

"QUEREMOS ESPAÇO VERDE": O PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER COMO PARTE DA HISTÓRIA DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO (RS, BRASIL)

Fabiano Quadros Rückert¹

Elenita Malta Pereira²

Resumo: O artigo analisa a história de criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, localizado na cidade de Novo Hamburgo, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Inserida no contexto mais amplo da urbanização de Novo Hamburgo, esta história será analisada como uma experiência de conflito socioambiental marcada, de um lado, pela mobilização da sociedade em favor da aquisição e conservação da área, e, do outro, pelas negociações e ações políticas que viabilizaram a criação do Parque. O artigo também contempla o posicionamento da imprensa local a respeito da criação do Parque, analisando um conjunto de textos publicados no *Jornal NH*, no período entre 1988 e 1992.

Palavras-Chave: Parques urbanos; Movimento Ambientalista; Conflitos Socioambientais; Novo Hamburgo.

"WE WANT GREEN SPACE": THE MUNICIPAL PARK HENRIQUE LUIZ ROESSLER AS PART OF HISTORY OF THE CITY OF NOVA HAMBURGO (RS, BRAZIL)

Abstract: The article analyzes the history of creation of the Henrique Luiz Roessler Municipal Park, located in the city of Novo Hamburgo, in the state of Rio Grande do Sul (Brazil). Inserted in the broader context of the urbanization of Novo Hamburgo, this history will be analyzed as an experience of social and environmental conflict marked by the mobilization of society in favor of the acquisition and conservation of the area and by political negotiations and actions which enabled the creation of the Park. The article also contemplates the positioning of the local press about the creation of the Park, analyzing a set of texts published in the *Jornal NH*, between 1988 and 1992.

Keywords: Urban parks; Environmental Movement; Social and Environmental Conflicts; New Hamburg.

¹ Professor Adjunto de História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

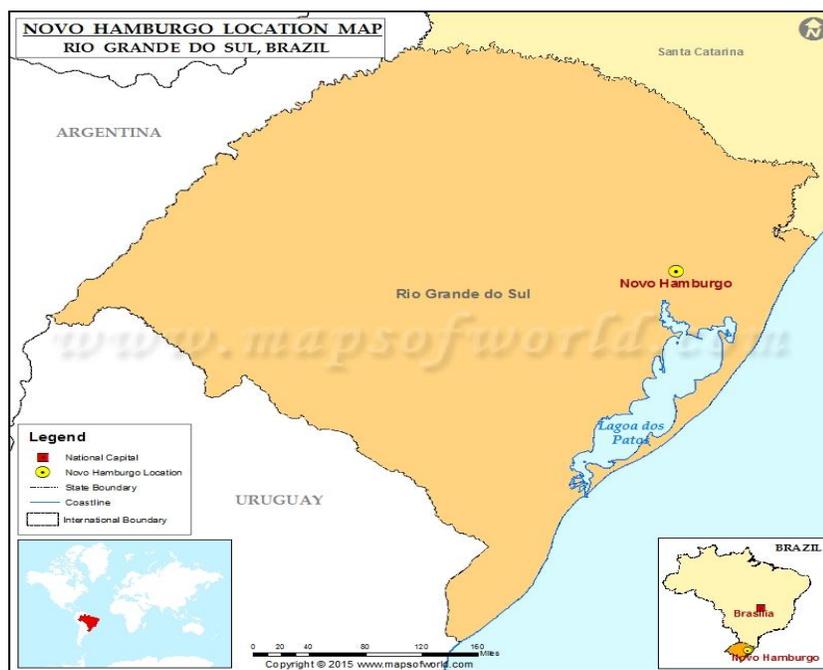
² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Professora Substituta de História na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: elenitamalta@gmail.com

Introdução

A cidade de Novo Hamburgo está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre e pertence ao conjunto de municípios que formam a Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Ocupando uma extensão de 223,6 km² e com uma população de aproximadamente 240.000 habitantes, Novo Hamburgo apresenta uma densidade demográfica acentuada, sobretudo na sua área urbana. Excluindo-se a população residente na área rural, que corresponde ao Bairro de Lomba Grande, a densidade demográfica de Novo Hamburgo é de 3.462,5 hab/km² (NOVO HAMBURGO, 2012: 24).

A ocupação permanente da região, após a conquista europeia, se deu com a chegada de portugueses (imigrantes açorianos), a partir do século XVIII, e em 1824, com a entrada de imigrantes de origem alemã na então Colônia São Leopoldo. Um dos núcleos urbanos surgidos no território da Colônia foi o de Hamburgerberg, atual bairro de Hamburgo Velho, a partir do qual a atual cidade de Novo Hamburgo se originou.

Figura 1: localização de Novo Hamburgo



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/where-is/novo-hamburgo.html>

A alta densidade demográfica de Novo Hamburgo, assim como a elevada concentração de indústrias no município, são aspectos importantes para compreensão do histórico do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler, também chamado de “Parcão”. Atualmente, o Parque ocupa uma área de 54 hectares de mata nativa, dentro da qual existem trilhas para passeios, equipamentos para exercícios físicos, quadras de esporte e aparelhos para recreação infantil. Tecnicamente, ele é uma área de preservação ambiental aberta ao público e provida de infraestrutura para lazer e atividades esportivas.

Antes de ser uma realidade na composição da paisagem urbana de Novo Hamburgo e no cotidiano da população local, o Parcão foi objeto de negociações entre o poder público municipal, os antigos proprietários da área e os apoiadores da campanha articulada pelo Movimento Roessler para Defesa Ambiental. Essa entidade ambientalista surgiu em junho de 1978 e tem como fundadores o professor de ecologia da escola Fundação Evangélica, Kurt Schmeling, alguns de seus alunos, como José Roberto Silveira e Cristine Beck, entre outros. O Movimento Roessler foi criado no contexto da chamada “Operação Hermenegildo”, uma das batalhas do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, em função da mortandade de peixes e mariscos na praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, em março/abril de 1978. Houve uma coalizão de forças entre diversas entidades, especialmente a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). O impacto da luta foi tão importante, que pessoas simpáticas ao tema da ecologia resolveram fundar essa entidade em Novo Hamburgo (PEREIRA, 2013).

Considerando os argumentos e estratégias de mobilização social usadas pelos ambientalistas para viabilizar a criação do Parque, como propriedade pública, podemos interpretar o conjunto de fatos ocorridos como um conflito socioambiental urbano. Teoricamente, a interpretação proposta encontra-se baseada na definição de conflito socioambiental. Segundo Gonzáles de Molina (2009: 240), o conceito de conflito ambiental “alude a aquel en cuyo centro está la disputa por un recurso o las externalidades que produce su uso [...]”. Para Heitor Acselrad (2015: 65), “quando a distribuição locacional discriminatória das práticas espaciais danosas é objeto de crítica no espaço público e o acordo simbiótico entre as diferentes práticas se mostra impossível, conflitos ambientais

urbanos se desencadeiam”. Essa falta de acordo entre práticas espaciais nas cidades é chamada pelo autor de “insustentabilidade urbana”. Os conflitos socioambientais produzidos como reação da sociedade à “insustentabilidade urbana”, quando incorporados na discussão política e inseridos na esfera pública, podem contribuir para a democratização das cidades e para a reconstituição do espaço urbano como público e diverso.

Zhoury & Laschefski (2010) entendem que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. De acordo com esses autores, as disputas decorrentes se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de construir e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço.

No conflito ambiental em questão neste artigo, duas formas de apropriação de um espaço urbano (o terreno do futuro Parcão) estavam em disputa na arena pública: de um lado, o interesse do movimento ambientalista local pela conservação da mata existente na área e, do outro, o interesse do mercado imobiliário que pretendia lotear o respectivo espaço.

Para conciliar os interesses divergentes, o poder público foi acionado e conduziu as negociações que serão analisadas na sequência do artigo a partir de dois enfoques distintos, porém complementares: o primeiro diz respeito às estratégias usadas pela sociedade para viabilizar a criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler; e, o segundo diz respeito ao posicionamento do *Jornal NH* diante da campanha pró-parque e dos seus desdobramentos políticos.

“Queremos áreas verdes”: notas sobre a campanha de mobilização social pela criação do Parcão

Quando Novo Hamburgo se emancipou de São Leopoldo, em 1927, o núcleo urbano já apresentava uma expressiva concentração de oficinas e fábricas e despontava como o principal produtor de artefatos de couro no Rio Grande do Sul. Depois da emancipação, o setor coureiro calçadista continuou expandindo-se e o processo de urbanização foi intensificado com a abertura de novas estradas, o loteamento de áreas residenciais e a gradual implantação de serviços públicos (PETRY, 1949; SELBACH, 1999). Assim como

ocorreu em diversas cidades brasileiras, o processo de urbanização em Novo Hamburgo apresentou disparidades internas e as áreas mais próximas do centro receberam um volume maior de investimentos públicos e privados. Na periferia da cidade, e, sobretudo no Bairro Canudos, ocorreu uma ocupação desordenada do solo e muitas famílias pobres – naturais de Novo Hamburgo ou procedentes do interior do estado -, se instalaram de forma precária em áreas localizadas nos banhados do Rio dos Sinos ou nas margens do Arroio Pampa (RÜCKERT, 2007; SILVA, 2016). Em determinadas áreas da cidade, como no Bairro Rondônia e no Bairro São Jorge, as habitações irregulares construídas pelos pobres sobre os morros e se multiplicaram, acompanhando o rápido crescimento demográfico da cidade.

Ao longo do tempo, o crescimento de Novo Hamburgo foi interpretado de múltiplas formas pela sociedade hamburguesa. Durante décadas, os membros da elite local, dentre os quais estavam os empresários ligados ao curtimento de peles e à produção de artefatos de couro e os comerciantes, interpretaram de forma positiva a expansão da cidade. Eles consideravam o crescimento na arrecadação de impostos, o aumento no número de indústrias e os sucessivos recordes na produção de calçados como indicativos de um “progresso” que deveria ser constantemente fomentado.

Mas o “progresso” apreciado pelas elites hamburguesas também produzia efeitos colaterais, dentre os quais podemos citar a destruição da mata ciliar do Rio dos Sinos e dos seus afluentes e o desmatamento de morros, ambos provocadas pelo avanço das habitações irregulares. Cabe ressaltar que esse avanço, em determinadas ocasiões, atendia ao interesse de proprietários particulares que realizavam o comércio ou a locação de lotes de terra de forma irregular, ou ainda, em alguns casos, apropriavam-se de terras públicas para comercializá-las no mercado informal. Na prática, a crescente classe operária de Novo Hamburgo tinha três opções de moradia: (1) residir nos loteamentos regularizados e pagar um preço adicional por essa regularidade; (2) residir nos loteamentos irregulares, via compra ou aluguel de imóveis; (3) ocupar áreas públicas que pela sua localização não interessavam ao mercado imobiliário. Fácil é perceber que a terceira opção era a mais acessível para os segmentos mais pobres da população.

Diante do aumento na demanda por áreas de habitação e da multiplicação das indústrias e dos estabelecimentos comerciais, a pressão sobre as áreas verdes foi intensa – e ainda permanece existindo. Na década de 1980, o uso das áreas de verdes para atender aos

"QUEREMOS ESPAÇO VERDE": O PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER
COMO PARTE DA HISTÓRIA DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO (RS, BRASIL)

interesses do mercado imobiliário foi contestado por setores da sociedade hamburguense envolvidos na campanha pela criação do Parcão. Os pontos centrais da campanha foram a necessidade de áreas verdes para o lazer da população e a proposta de conservação da mata existente numa propriedade que então pertencia ao grupo Paquetá Empreendimentos Imobiliários. Localizada entre o centro da cidade e o Bairro Hamburgo Velho, a propriedade possuía 51,3 hectares de extensão e estava cercada pela “mancha urbana” da cidade.

Figura 2: foto aérea do Parcão



Fonte: <http://amooarpaodenovohamburgo.blogspot.com.br/>

A ideia de criação do Parcão começou a ganhar importância a partir de 1985. Nesse ano, a arquiteta Jussara Kley elaborou um trabalho acadêmico propondo o uso da área que para fins de preservação ambiental e lazer. A proposta foi bem recebida por diversos segmentos da sociedade hamburguense, sobretudo pelo Movimento Roessler. Os adeptos da ideia organizaram o chamado "grupo do parque" e iniciaram uma mobilização para apresentar a demanda ao poder público. A primeira reunião do "grupo do parque" com o prefeito Atalábio Foscarini ocorreu em janeiro de 1986. No mês seguinte, o projeto de Jussara Kley foi apresentado aos vereadores e iniciaram-se os contatos com os órgãos técnicos do governo estadual para o estudo da possibilidade de implantação do parque.

Em março de 1986, o Movimento Roessler e a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN)³ promovem uma posse simbólica da área por meio da fixação de cinco placas com os seguintes dizeres: “Área de Utilidade Pública, decreto nº. 108/86 - FUTURO PARCÃO - Ajude a proteger! Movimento Roessler e UPAN”.

Em junho de 1986, foi realizada a primeira caminhada ecológica promovida pelo Movimento Roessler e pelo "grupo do parque". Ela contou com cerca de 300 pessoas, que animaram o percurso com bandas, palhaços e balões coloridos e, no encerramento da manifestação, um grupo de crianças plantou um ipê amarelo ao som da música *Árvore da Montanha*.⁴ Em outubro do mesmo ano, ocorreu a segunda caminhada ecológica, e centenas de assinaturas foram recolhidas em favor da criação do Parcão.

Sinalizando o interesse da municipalidade pela área, o executivo municipal autorizou a formação de uma comissão para negociar a área com os proprietários.⁵

Enquanto os trâmites políticos avançavam, a campanha em favor do Parcão ganhou força e alcançou ampla divulgação no *Jornal NH*, o principal diário da imprensa local. Aos poucos, a ideia foi conquistando o apoio de diversas instituições sociais, dentre as quais estavam a Igreja Católica, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), o Rotary Club, o Grupo de Escoteiros Hans Staden, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo. Outra fonte de apoio partiu das instituições de ensino da rede pública e particular.

No dia 03 de outubro de 1988, ocorreu o show “Parcão Já”, um evento artístico ao ar livre, que contou com apresentações musicais do Coral Luisinho, da Banda Barata Oriental, do Vocal Salamaleque e dos músicos Mauro Kern e Nando d'Ávila.⁶ Ainda no mês de outubro, estudantes de três escolas do centro da cidade (Fundação Liberato, Pio XII e 25 de Julho) realizaram uma grande passeata em favor da criação do Parcão e da proteção ao meio ambiente.⁷

³ A União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) surgiu como ONG ambientalista em 1986, tendo sua sede na cidade de São Leopoldo. No entanto, uma parte dos ambientalistas que participavam desta ONG, no final de década de 1980, eram antigos colaboradores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Núcleo Leopoldense (AGAPAN-NL). (RÜCKERT, 2007).

⁴ O ipê plantado naquela ocasião foi batizado com o nome da música e tornou-se um marco simbólico na luta pela criação do parque.

⁵ A Comissão foi presidida pelo chefe do Departamento de Planejamento e Controle da prefeitura e contava com um advogado, a jornalista Jane Schmitt - integrante do Movimento Roessler - e a arquiteta Jussara Kley.

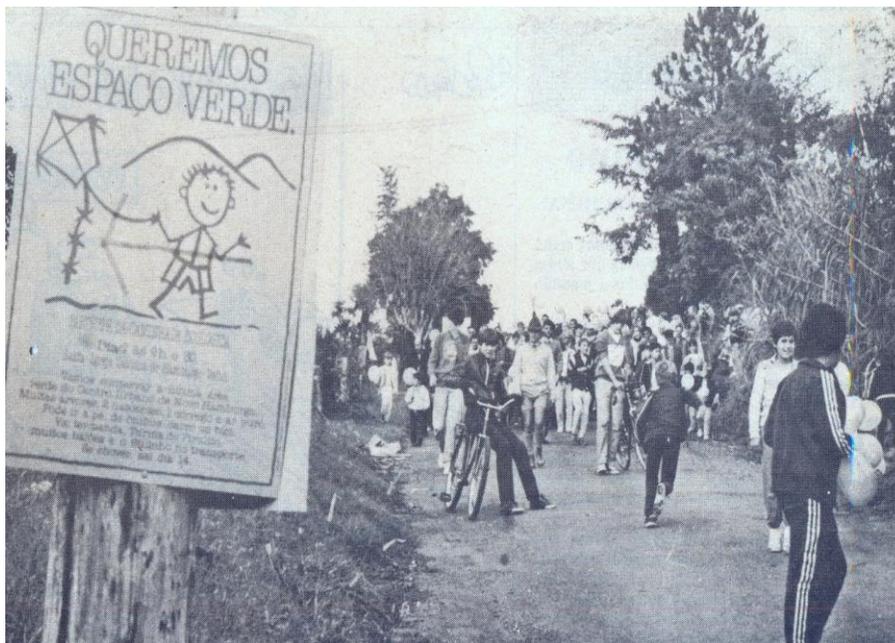
⁶ Show do “Parcão Já” reúne 200 pessoas. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 03 de out. de 1988, p. 20.

⁷ Passeata de estudantes pede parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 14 de out. de 1988, p. 3.

"QUEREMOS ESPAÇO VERDE": O PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER
COMO PARTE DA HISTÓRIA DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO (RS, BRASIL)

A crescente mobilização da comunidade hamburguense era um indicativo de que a demanda pela preservação da área encontrou apoio na sociedade local. No entanto, a viabilidade da proposta defendida pelo Movimento Roessler enfrentava obstáculos. A área possuía um alto valor comercial. E, o então prefeito de Novo Hamburgo, Atalábio Foscarini não concordava em usar o dinheiro público na sua aquisição. Na opinião do prefeito, o investimento para a aquisição da área era muito alto, e problemas como a carência de moradias seriam mais importantes. Em outra ocasião, Foscarini alegou que a prefeitura já possuía (além das praças) 173 hectares de área verde distribuídos em 7 localidades e explicou as dificuldades de conhecer o real valor financeiro da área. O grupo Paquetá Empreendimentos Imobiliários, por sua vez, apesar da existência da campanha pró-Parcão, continuava empenhada na busca de uma autorização jurídica para implantar um loteamento na propriedade.

Figura 3: Mobilização social pela preservação do Parcão



Fonte: *Jornal NH*, 15 de out. de 1989, p. 3.

No projeto de urbanização do loteamento que a Paquetá encaminhou para apreciação dos órgãos técnicos do governo estadual, constava uma área de 21 hectares

destinada ao município.⁸ O fato deixou o prefeito Foscarini satisfeito em "poder contar com a compreensão e consciência ecológica da Paquetá em uma medida que lhes agrada, agrada aos ecologistas, a prefeitura, e, enfim, a todos os hamburguenses".⁹ Foscarini avaliou a situação de forma equivocada e a oferta dos 21 hectares feita pela Paquetá não impediu a continuidade da mobilização da comunidade.

Nas eleições municipais de 1988, o destino do Parcão tornou-se pauta de discussão entre os candidatos. Durante a campanha eleitoral, o Movimento Roessler realizou um debate com os candidatos que aspiravam assumir o poder executivo municipal e apresentou o seu *Programa Verde para uma política ambiental para Novo Hamburgo*. No "*Plano Verde*" – documento registrado com nº. 83.600 no cartório da cidade -, constavam 57 propostas objetivas, divididas em sete eixos temáticos: (1) Política de Manejo das Áreas Verdes; (2) Política de Desenvolvimento Urbano; (3) Política Habitacional; (4) Política Agrícola; (5) Educação Ambiental; (6) Fiscalização; (7) Estratégias de viabilização para uma Política Ambiental Democrática. Deste interessante documento, procede a seguinte citação:

A garantia de uma vida de qualidade e que satisfaça os interesses da maioria da população será alcançada através de mecanismos que viabilizem uma ampla participação da comunidade no processo de discussão e decisão das questões relativas ao meio ambiente.

Esta participação se concretiza a partir das organizações comunitárias de base, vertendo num grande fórum de orientação dos problemas que encaminhe ações de um órgão municipal específico bem como a política geral do poder público municipal. Práticas de audiências públicas, conselhos municipais de meio ambiente, secretarias e órgãos de meio ambiente são uma coisa comum em muitos municípios brasileiros que ainda não acontecem entre nós. Somente conduzindo a política ambiental dessa forma, estaremos assegurando uma sociedade verdadeiramente democrática e uma qualidade devida para a população (*Programa Verde para uma política ambiental para Novo Hamburgo*. Acervo do Movimento Roessler).

⁸ O Projeto de loteamento da área foi encaminhado pela Paquetá Empreendimentos Imobiliários para o Departamento do Meio Ambiente (DMA), órgão que era vinculado à Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. O mesmo Projeto também foi encaminhado para a Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional (METROPLAN).

⁹ Prefeitura poderá ganhar 21 hectares para "Parcão". *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 29/09/1988, p. 7.

Pelo conteúdo da citação destacada acima, percebe-se o interesse do Movimento Roessler pela criação de espaços e práticas que potencializassem o envolvimento da sociedade na gestão da política ambiental do município de Novo Hamburgo. Dito de outra forma: percebe-se a preocupação com a viabilidade de uma política ambiental democrática, pautada em critérios técnicos e na prevenção e contenção dos danos ambientais.

No debate realizado em 1988, além de colocar em pauta suas propostas para a política ambiental de Novo Hamburgo, o Movimento Roessler conseguiu induzir os candidatos a assumirem publicamente o compromisso de aplicar o *Plano Verde* mediante a assinatura de um termo de concordância apresentado no final do debate.¹⁰ A estratégia foi criativa e possibilitou um avanço rumo à incorporação de demandas procedentes do movimento ecológico na política ambiental do município.

Na administração do prefeito Paulo Ritzel, o candidato vitorioso nas eleições de 88, uma parte das propostas apresentadas pelo Movimento Roessler no *Plano Verde* foi aplicada pela administração municipal, e a luta pela criação do Parcão entrou na sua etapa final. Antes mesmo da sua posse, Ritzel expôs a sua opinião de que o valor da desapropriação tornava o investimento inviável.¹¹ Indagado sobre o compromisso de consultar a comunidade para decidir o destino do Parcão, assumido no debate promovido pelo Movimento Roessler, ele disse que aceitaria realizar um plebiscito, "mas perguntando à população se concorda em aumentar um imposto como o IPTU, por exemplo, a fim de auxiliar na desapropriação".¹²

Mesmo sem uma solução definitiva para o problema da desapropriação, o "grupo do parque" elaborou um documento propondo a criação de uma Fundação Pró-Parque com a pretensão de que a entidade assumisse a responsabilidade pela gestão do Parcão. Depois de aprovados pela Câmara de Vereadores,¹³ os estatutos da Fundação foram submetidos à apreciação da Curadoria das Fundações (órgão do Ministério Público), que recebeu também "duas mil assinaturas de pessoas protestando contra a demora" na aprovação do documento.¹⁴ Enquanto corriam os trâmites burocráticos para a regulamentação da Fundação Pró-Parque, o Legislativo Municipal aprovou o projeto do vereador Kao Spindler

¹⁰ Prefeituráveis assinaram compromisso. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 14 de out. de 1988, p. 14.

¹¹ Ideia de Ritzel: trocar FENAC por área do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 30 de nov. de 1988, p. 3.

¹² Parcão: Ritzel é contra a desapropriação da área. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 07 de dez. de 1988.

¹³ Fundação vai administrar o Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 15 de mar. de 1989, p. 7.

¹⁴ Estatutos do Parcão já foram analisados. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 19 de jul. de 1989, p. 3.

garantindo dotação orçamentária para aquisição de praças, parques e reservas verdes no município. Em fevereiro de 1990, a prefeitura chegou a um acordo com a Paquetá Empreendimentos Imobiliários e desapropriou a área.¹⁵ Iniciava-se uma nova fase da história do “Parcão”, com os curadores da Fundação Pró-Parque assumindo juridicamente o compromisso de fazer da área um espaço de lazer e de preservação ambiental.¹⁶

No ano de 1991, o vereador Altair Amorim sugeriu à Câmara de Vereadores que a área do Parcão fosse usada na construção de moradias populares. A proposta foi chamada de "absurda e oportunista" pelo Movimento Roessler, que lembrou o histórico de envolvimento da comunidade na construção do Parcão, escrevendo no *Jornal NH*: "Os representantes do povo na Câmara deveriam respeitar a vontade popular. É até um elogio dizer que essa proposta é traiçoeira e oportunista. O adjetivo ideal seria suicida".¹⁷ Apesar da forte crítica procedente do Movimento Roessler, a proposta ganhou uma manifestação de apoio em carta enviada pelo cidadão Paulo Jaques Gil à redação do mesmo jornal. O conteúdo da carta expõe uma posição bem diferente da defendida pelos ambientalistas.

Muito bem apanhado o pronunciamento do vereador Altair Amorim ao comentar a destinação que se deveria dar ao Parcão. Acho que uma cidade como Novo Hamburgo é quase uma exceção, tal o número de árvores que possui e ainda, por princípio e formação de sua gente, o plantio de árvores frutíferas é muito incentivado, dispensando-se a preservação como intocável, de uma área que custou tanto e tão caro à população, posto que foi paga através do IPTU, [...]. Desta forma, nada mais justo do que reverter à mesma às grandes parcelas da população destituídas de poder aquisitivo para a compra de um terreno. Outrossim, dado ao crescimento da cidade, nada mais salutar do que programar a criação de blocos de apartamentos populares para que este espaço possa ser racionalmente ocupado (Espaço do Leitor. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 08 de mar. de 1991).

A opinião desse cidadão e o conteúdo da proposta apresentada pelo vereador Amorim nos permite inferir que fazer do Parcão uma reserva ambiental não era a única opção pensada pela comunidade hamburguesa. Reagindo contra outros interesses, o movimento ambientalista de Novo Hamburgo buscou o apoio de membros do legislativo

¹⁵ Prefeitura assina a compra do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 20 de fev. de 1990, p. 3.

¹⁶ A Fundação Pró-Parque iniciou seus trabalhos tendo como curadores Arno Kayser, Jussara Kley e Jane Schmitt (do Movimento Roessler), Cláudio Spindler e Laurindo Mendes (da Câmara de Vereadores), Newton Alano e Udo Sarlet (representando o Executivo Municipal).

¹⁷ Movimento Roessler critica ideia de loteamento do parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 08 de mar. de 1991.

municipal para evitar retrocessos na luta pelo Parcão. Ao término do ano de 1991, a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei Complementar 236, vedando a realização de atividades que afetassem o equilíbrio ecológico da área, revogando qualquer lei que permitisse a abertura de ruas para circulação de veículos e definindo a divisão do Parcão em áreas de atividades esportivas, culturais, cívicas e de lazer.¹⁸ No começo do ano seguinte, a Fundação Pró-Parque lançou edital para receber propostas de construção de obras de infraestrutura na área. Três propostas foram encaminhadas e todas foram rejeitadas pelo Conselho Municipal de Urbanismo.¹⁹

A demora na execução de obras de infraestrutura gerou uma polêmica entre ambientalistas, a Fundação Pró-Parque e a Prefeitura da cidade. Sem a existência de um projeto técnico capaz de orientar as obras necessárias no Parcão, a Fundação optou por aceitar a proposta da Prefeitura que se comprometeu em criar um plano de obras com uma equipe de funcionários do município. No entanto, o andamento do projeto estendeu-se por mais de seis meses e, ao final de 1992, enquanto o prefeito Paulo Ritzel responsabilizava a Fundação Pró-Parque pela inexistência de obras no “Parcão”, o secretário de serviços urbanos Paulo Bassi anunciava a intenção de construir um posto policial na área, provocando o desagrado dos ambientalistas.²⁰ Assumindo publicamente suas opiniões sobre o destino do Parcão, o cidadão Agnaldo Charoy Dias escreveu duas correspondências para a redação do *Jornal NH*, que foram publicadas na coluna Tribuna Livre. Na primeira delas, ele afirma:

É necessário que o poder público em Novo Hamburgo assuma a sua responsabilidade na preservação da área do Parcão em Hamburgo Velho. A irresponsabilidade e o desleixo da Administração municipal e do grupo de ecologistas que se dizem defensores dessa área está fazendo com que a cidade perca aquele espaço como espaço de preservação da flora e da fauna nativas. A ideia ecológica é que o Parcão seja uma área de preservação. Para isto, basta que se retirem de lá os pinus há pouco plantados por jovens cheios de boa vontade, mas mal instruídos pelos responsáveis que encaminharam o plantio. O local deve ser preservado com a sua cobertura original ou

¹⁸ Parcão: Câmara aprova zonas especiais. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 12 de dez. de 1991, p. 5.

¹⁹ As propostas foram encaminhadas pelo engenheiro civil João Adão Lazari, pelo arquiteto Volnei Ferrari e pelos arquitetos Alexandre Moraes, Silvana Londero e Hugo Einzweiller. In: Propostas para o Parcão rejeitadas. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 18 de jul. de 1992, p. 4.

²⁰ Pró-Parque fará mudanças no Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 26 de jul. de 1992, p. 3. Área do Parcão ainda está ociosa. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 27 de jul. de 1992, p. 3. Ritzel critica Fundação Pró-parque. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 10 de set. de 1992, p. 3.

pelo menos com a vegetação típica da região. Não basta que as brigadas ecológicas limpem os arroios: é necessário que o poder público identifique e responsabilize os promotores da poluição.

É um projeto simples que pode ser realizado em etapas e sem comprometer verbas de outras áreas prioritárias. É um projeto, contudo, que exige responsabilidade política com o futuro. A defesa do meio ambiente não pode ser transformada em mercadoria a ser trocada por votos e comissões (Em favor do Parcão. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 16 de outubro de 1992).

Quando a polêmica envolvendo ambientalistas, Fundação Pró-Parque e Prefeitura Municipal perdeu a força, o que aconteceu foi algo parecido com o que o cidadão Agnaldo Charoy Dias expôs na sua carta: uma parte dos eucaliptos foi removida, milhares de mudas de árvores nativas da região foram plantadas e as obras de infraestrutura provocaram mudanças na paisagem e no uso social da área. Dentre as obras realizadas para viabilizar o uso do Parcão como área de lazer, importa destacarmos a demarcação da trilha para caminhadas; a instalação de banheiros públicos; a construção de uma pista de atletismo; a instalação de equipamentos recreativos para crianças e a iluminação parcial da área.

A história do Parcão nas páginas do *Jornal NH*: considerações sobre a questão ambiental e o jornalismo

Os fatos narrados na parte anterior do artigo foram registrados nas páginas do *Jornal NH*, editado e publicado pelo Grupo Editorial Sinos. Criado em 1957, pelos irmãos Mario Alberto Gusmão e Paulo Sérgio Gusmão, o *Jornal NH* possui ampla circulação regional, e, ao longo da sua existência, tem noticiado diversos fatos relacionados ao processo de urbanização de Novo Hamburgo. Questões de âmbito regional, como a degradação do Rio dos Sinos, o sistema de transporte interurbano e o desenvolvimento socioeconômico na Região Metropolitana de Porto Alegre também fazem parte do conjunto de assuntos contemplados pelo *Jornal NH*. Organizado enquanto empresa que busca atender interesses da sua clientela (sejam estes assinantes ou anunciantes), o *NH* é um veículo produção e divulgação de notícias e de anúncios comerciais e, ao mesmo tempo, é um ator participante na formação da opinião pública local. Diante deste fato e do recorrente uso da imprensa como fonte documental pelos historiadores, acreditamos ser pertinente

analisar a posição do *Jornal NH* durante a campanha para fundação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.²¹

Antes de avançarmos para a análise proposta, importa reconhecermos que existem diversos estudos explorando a presença das questões ambientais na imprensa brasileira. Barros (1999 e 2000) defendeu a tese de que a política governamental constitui uma das bases do discurso jornalístico sobre o meio ambiente no Brasil. O mesmo autor analisou um conjunto de 74 editoriais sobre questões ambientais publicados nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, no período entre junho de 1972 e junho de 1992. Com base nesse conjunto, Barros observou diferenças entre a posição da imprensa paulista e da imprensa carioca a respeito de eventos como as Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente, promovidas pela ONU, e de assuntos como “devastação, mercado verde, Amazônia e movimentos ecológicos”. Como aspectos em comum nos quatro jornais consultados, o autor destacou a visão simplista que os textos Editoriais apresentaram sobre o movimento ecológico, a inexpressiva presença de opiniões com fundamentação científica e “a existência de uma teia de poderes entre imprensa e Estado” (BARROS, 2000: 77).

Nas três últimas décadas do século passado, ocorreu no Brasil um expressivo crescimento na publicação de textos jornalísticos que abordavam, sob diferentes perspectivas, questões ambientais de âmbito regional, nacional ou internacional. Rückert (2007), em pesquisa focada na história e na memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos (RS), usou a imprensa como fonte documental, mas não elaborou uma crítica ao corpus de textos consultado. Pereira (2013) e Prado (2011) analisaram o trabalho de Henrique Luiz Roessler na construção de uma crítica ambiental que encontrou espaço na imprensa sul-rio-grandense dos anos 1950 e 1960²². Em trabalho escrito em coautoria, Pereira e Soares (2014) abordaram a crítica à degradação ambiental publicada na imprensa

²¹ Segundo Tania de Luca (2008), apesar da resistência de parte dos historiadores em usar o jornal como fonte, pelo seu caráter “tendencioso”, variável de acordo com os interesses editoriais de cada veículo, a partir dos anos 1970, os estudos históricos passaram a valorizar o jornal como fonte importante, bem como também as imagens, revistas, a publicidade, etc.

²² O trabalho de Pereira (2013) analisa também os lugares de memória dedicados a Roessler; um deles é justamente o Parcão. Ocorre uma significativa dialética de memória e esquecimento: a intenção do lugar, de homenagear Roessler, parece não passar de uma formalidade legal, pois na prática (sancionada pelo poder público através de um totem na entrada, onde consta apenas Parcão, e não o nome do ambientalista), os habitantes de Novo Hamburgo chamam o local de Parcão, o que denota o esquecimento atuando nas memórias sobre Roessler.

da cidade portuária de Rio Grande (RS), no contexto de construção do “super-porto”, durante o Regime Militar. Os exemplos de estudos apontados aqui, apesar de distintos na composição e proposta de análise, possuem em comum a valorização da imprensa como fonte documental para a interpretação das relações entre sociedade e o ambiente. Eles também compartilham de uma preocupação com o processo de construção das representações sociais sobre o ambientalismo – processo que excede a esfera da imprensa e envolve outros dispositivos de comunicação, como a TV, o cinema e o rádio e as artes plásticas.

Sem a pretensão de criar uma nova abordagem ou de inventar um método analítico inovador para o uso da imprensa enquanto fonte documental, o que propomos nessa parte do artigo é um exercício de análise das matérias publicadas pelo *Jornal NH* durante a campanha para implantação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler.

Partindo da premissa de que o discurso jornalístico comporta intencionalidades e preferências – implícitas e explícitas – e considerando que as publicações são selecionadas com base no cálculo de impacto social das notícias, propomos concentrar nossa análise em duas variáveis: (1) o espaço que a campanha pela criação do atual Parque Municipal Henrique Luiz Roessler ocupou no *Jornal NH*; (2) a procedência das opiniões a respeito da criação do respectivo Parque. As variáveis apontadas serão aplicadas no conjunto de 42 textos jornalísticos publicados no período entre 05 de agosto de 1988 e 11 de novembro de 1992. Cabe ressaltar que o respectivo conjunto não corresponde ao total de matérias publicadas pelo *Jornal NH* a respeito da criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler. Ele é uma amostra de perfil qualitativo de um universo maior, cujo total de textos desconhecemos.

O primeiro aspecto que consideramos relevante no conjunto de textos jornalísticos contemplados pelo artigo é a irregularidade na distribuição cronológica da série documental analisada. Do conjunto de 42 documentos selecionados, 11 foram publicados em 1988, 15 em 1989, 3 em 1990, 3 em 1990 e 10 em 1992. O que poderia explicar esta disparidade? Acreditamos que o processo de criação do Parcão oferece pistas para a pergunta levantada. A mobilização social pela criação do Parcão foi crescente, atingindo seu ápice no biênio 1988/1989 – período com maior concentração de matérias publicadas no *Jornal NH*. Dentro desse biênio ocorreram fatos políticos importantes para o município, dentre os quais

importa destacarmos a campanha para as eleições municipais de 1988, o encerramento da gestão do Prefeito Atalábio Foscarini, a criação da Comissão Pró-Parque e o começo da gestão de Paulo Ritzel na administração municipal. Considerando esses fatos, é possível inferir que os movimentos mais importantes para a criação do Parcão – tanto no plano da mobilização social, quanto no plano da municipalidade – foram definidos no biênio 1988-1989. Com uma ressalva: o acordo de compra da área foi assinado em fevereiro de 1990. No entanto, sabemos que as negociações entre a Prefeitura de Novo Hamburgo e o Grupo Paquetá Empreendimentos Imobiliários avançaram para a fase final durante o ano de 1989.

Vejamos outro aspecto interessante no corpus de documentos consultado. Com base na obra de Charaudeau (2006), sabemos que o discurso jornalístico é constituído, em parte, pelo interesse dos responsáveis pelo jornal (proprietários, editores e repórteres), e, em parte pelo interesse do público que vai consumir as notícias. No entanto, no caso da criação do Parcão, foi difícil identificar o interesse dos responsáveis pelo *Jornal NH*. Não localizamos nem um Editorial sobre o assunto. Isto significa dizer que o *NH* evitou assumir uma posição explícita, fosse ela favorável ou contrária à criação do Parcão. Certamente o Editorial é o espaço privilegiado para a manifestação das preferências de um periódico. Mas na ausência dele, os historiadores devem buscar outras pistas que permitam conhecer – ainda que por inferência – o posicionamento da imprensa sobre um determinado assunto.

Trabalhando no plano das inferências, foi possível observar que no conjunto de 42 textos analisados encontramos diversos atores sociais falando a respeito da viabilidade ou inviabilidade da criação do Parcão. As falas mais recorrentes procediam do Movimento Roessler, dos membros da Fundação Pró-Parque, do Poder Executivo (incluindo aqui o prefeito e os secretários municipais) e do Legislativo Municipal. Para além desta segmentação de cunho institucional através da qual é possível identificar o lócus da fala dos sujeitos envolvidos, existiam redes de sociabilidade unindo esses sujeitos em torno de interesses em comum. Nesse sentido, é relevante o fato de que alguns funcionários do *NH* eram membros do Movimento Roessler, e, dentro dos limites formais da profissão jornalística, expressavam apoio à campanha pró-Parcão. Outro fato relevante é que o vereador Cláudio Spindler, um dos principais apoiadores da campanha no âmbito do Legislativo de Novo Hamburgo, era membro do Movimento Roessler. Naquela conjuntura, as redes de sociabilidade em torno das quais a criação do Parcão foi pensada e executada,

convergiam para o Movimento Roessler, que também possuía representação no Conselho da Fundação Pró-Parque. Isso nos permite inferir que a posição do Movimento Roessler foi predominante, mesmo quando outros atores sociais falavam a respeito do destino do Parcão.

Com base na série documental consultada, acreditamos que o *Jornal NH* apoiou a mobilização social pela criação do Parcão, mas evitou explicitar o seu apoio. Vejamos dois exemplos deste apoio implícito: (1) no dia 03 de outubro de 1988, quando o destino da área do Parcão ainda era incerto, o jornal noticiou com entusiasmo a realização do evento artístico em apoio da campanha “Parcão Já”; (2) na edição referente ao fim de semana dos dias 14 e 15 de outubro de 1989 o *NH* publicou uma matéria intitulada “Caminhada Ecológica é Domingo”,²³ nessa, ele informou os leitores sobre os detalhes da mobilização organizada pelo Movimento Roessler e ressaltou a importância da iniciativa; (3) no dia 17 de outubro de 1989, o jornal publicou o resultado de uma pesquisa feita com 50 pessoas a respeito da área do Parcão - nessa pesquisa, as pessoas foram questionadas sobre como o município deveria proceder para adquirir a área e a possibilidade de discordância não foi incluída.²⁴

Se nossa interpretação estiver correta, a opção do *NH* por um apoio discreto à campanha pró-parque é compreensível, uma vez que a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e o Grupo Paquetá Empreendimentos Imobiliários estavam diretamente envolvidos nas discussões e negociações que resultaram na criação do Parcão. O Grupo Paquetá poucas vezes se manifestou sobre o assunto e antes de aceitar negociar a área com a municipalidade, tentou implantar o seu projeto de loteamento. A Prefeitura, por sua vez, em diversas ocasiões se manifestou sobre o assunto, mas a sua posição mudou entre a etapa inicial da campanha (quando o então prefeito Atalábio Foscarini expressou objeção à aquisição da área), a etapa intermediária (quando o novo prefeito, Paulo Ritzel, concluiu as negociações, formalizando a incorporação do Parcão ao patrimônio da municipalidade) e a fase final (quando surgiram impasses entre a Prefeitura e a Fundação Pró-Parque).

²³ Caminhada Ecológica é Domingo. *Jornal NH*. 14 e 15 de outubro de 1989, p. 3.

²⁴ Parcão: a comunidade que ajudar na desapropriação. *Jornal NH*. 17 de outubro de 1989.

Considerações Finais

Uma história pode ser narrada de múltiplas formas. Neste artigo, a história da criação do Parque Municipal Henrique Luiz Roessler foi narrada a partir da perspectiva do *Jornal NH*. Isso significa dizer que a mesma narrativa poderia assumir outra forma, se outra perspectiva fosse destacada.

Na etapa inicial do artigo, apresentamos a hipótese de que a criação do Parcão foi uma experiência de conflito socioambiental. Acreditamos que esta hipótese foi corroborada pelos fatos narrados e pela análise das fontes documentais consultadas. Num primeiro plano, é fácil perceber que houve um conflito entre a demanda por áreas verdes para lazer e preservação – demanda socialmente representada pelo discurso do Movimento Roessler, e o interesse do Grupo Paquetá Empreendimentos Imobiliários, de apropriação capitalista do local. Num segundo plano, observamos outro tipo de conflito, esse de cunho político e que se manifestou na discussão de diferentes projetos para o uso da área do Parcão. Nesse âmbito, a gestão técnica da área e o uso dos recursos financeiros necessários para a sua manutenção ganharam complexidade e provocaram atritos entre a Prefeitura e a Fundação Pró-Parque. Mas, apesar dos atritos institucionais e da morosidade na execução das obras de infraestrutura, o Parcão tornou-se uma realidade e passou a fazer parte do cotidiano da sociedade hamburguesa.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão*. PUC-Rio. Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33 – 2015, p. 57-68.

BARROS, Antonio Teixeira de. *Atores e discursos ecológicos no Brasil: ciência, estado e imprensa (1972-92)*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília.

BARROS, Antonio Teixeira de. Editoriais jornalísticos sobre ecologia: opinião privada como opinião publicamente mediada. *Comun. Inf.*, v. 3, n. 1, jan-jun. 2000, p. 65-79.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ESTEVAM, B. S.; PEREIRA, Elenita M. A luta ambiental via jornalismo em Rio Grande: As Crônicas Ecológicas do ambientalista Luiz Felipe Pinheiro Guerra. In: PEREIRA, Elenita; RÜCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli. (Org.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado-RS: Univates, 2014, v. 1, p. 39-58.

MOLINA, Manuel González de. Sociedad, naturaleza, metabolismo social. Sobre el estatus teórico de la historia ambiental. In: Loreto, Rosalva (Coord.) *Agua, poder urbano y metabolismo social*. Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México, 2009, pp. 238-243.

NOVO HAMBURGO. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo: Pró-Sinos, 2012. Disponível em: <http://www.consorciosinos.com.br/downloads/plano_gestao_residuos_solidos_novo_hamburgo_02082012.pdf> Acessado em 10 de fev de 2018.

PEREIRA, Elenita Malta. *Roessler: O homem que amava a natureza*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2013.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo* (Monografia). São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermond, 1959.

PRADO, Daniel Porciuncula. *A figueira e o machado: uma história das raízes do ambientalismo no Sul do Brasil e a crítica ambiental de Henrique Roessler*. Rio Grande: FURG, 2011.

RÜCKERT, Fabiano. História e Memória do Ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo, UNISINOS, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1850>> Acessado em 03 de fev. 2018.

SELBACH, Jeferson Francisco. *Novo Hamburgo. 1927-1997. Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

SILVA, Débora Cristina da. *Os banhados em nós e nós nos banhados: patrimônio cultural, material e natural da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Novo Hamburgo, FEEVALE, 2016. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/arquivos/os-banhados-em-nos-e-nos-nos-banhados--patrimonio-cultural-material-e-natural-da-bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos-rio-grande-do-sul--2016----debora-cristina-da-silva-2016-01-01-1506981043.pdf>>.> Acessado em 07 de jan. 2018.

"QUEREMOS ESPAÇO VERDE": O PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER
COMO PARTE DA HISTÓRIA DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO (RS, BRASIL)

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 17 de março de 2018

Aceito em: 23 de abril de 2018